*Artigo

A INDÚSTRIA DO DANO MORAL

Após a promulgação da Carta Política de 1988, que elevou ao patamar constitucional a reparabilidade dos danos de natureza exclusivamente moral, multiplicaram-se perante nossos tribunais as demandas judiciais dessa natureza.

Se, por uma banda, o acesso ao Poder Judiciário foi democratizado, assegurando-se ao cidadão a livre propositura de demandas para serem apreciadas pelo poder estatal, por outra banda, podemos afirmar que tal instituto fora banalizado, convertendo-se em verdadeira indústria. Incentiva ainda mais o crescimento dessa indústria, a possibilidade – e a facilidade – de obtenção da gratuidade judiciária. A ausência do ônus de arcar com custas inaugurais, aliada ao afastamento do risco dos consectários sucumbenciais, motiva o autor a arbitrar ao feito valores extraordinários, fantásticos e inconcebíveis, chegando, às vezes, às raias do despropósito.

Em consequência, qualquer injúria banal ou insignificante à integridade física, moral, espiritual ou imaginária do autor converte-se em um pedido milionário de indenização. Trata-se, muitas vezes, de uma verdadeira aposta lotérica, sem qualquer risco para o autor, a não ser a possibilidade de frustração do seu desiderato.

Somem-se a esses fatores a presumibilidade dos danos morais (independem de prova) e a dificuldade na sua aferição e quantificação. Nesse descomprometimento de provar a extensão do dano e ausência de risco de uma condenação em honorários sucumbenciais, os aventureiros de plantão, atribuem às causas valores indefensáveis.

Constatamos, então, que um instituto lindo, uma ferramenta de exercício da cidadania e uma garantia constitucional da inviolabilidade do patrimônio imaterial, está sendo deturpada e banalizada, congestionando ainda mais os já assoberbados escaninhos cartoriais.

O legislador precisa refletir e criar mecanismos que, sem inibir o direito constitucional de acesso ao judiciário, coloque um freio nos demandantes aventureiros e irresponsáveis, nos cidadãos beligerantes que se aproveitam da facilidade e se excedem no exercício do seu direito, dificultando o funcionamento da máquina e impedindo que as demandas de real importância sejam apreciadas e julgadas.

O judiciário brasileiro acumula, em todas as suas esferas, um estoque de 92 milhões de processos, com cerca de 28 milhões de novas demandas propostas a cada ano. Nossos 16 mil magistrados julgam, em média, cada um, 1,4 mil processos por ano, o que significa que um quarto das novas demandas são incorporadas anualmente ao estoque pré-existente. Só o Judiciário Federal consumirá em 2014 mais de 34 bilhões de reais (quase 100 milhões/dia), que, somados aos judiciários estaduais, ultrapassarão 70 bilhões de reais.

Lembremos que no orçamento da União para 2014 estão previstos apenas 105 bilhões de reais para investimento (em todo o País).

A verdade é que nossos juízes resolvem apenas 30% das demandas propostas. Talvez, então, seja a hora de se criarem filtros para evitar as aventuras judicias ou, pelo menos, apenar os aventureiros irresponsáveis que provocam, movimentam inutilmente, tumultuam e emperram a já paquidérmica máquina judicial.

Quem sabe comecemos por coibir ou desestimular a crescente indústria dos danos morais?!

Raul Canal é advogado em Brasília e especialista em Direito Médico

Diário da Serra
O DIA-A-DIA DA NOTÍCIA
Propriedade da Gráfica e Editora Diário da Serra Ltda - ME
ISSN 2238-6467
FUNDADO EM 11 DE NOVEMBRO DE 1996
Edição on line desde 06 de setembro de 1997
ENDEREÇO
Av. Tancredo Neves, 1247-W, Jardim do Lago II • Tangará da Serra - MT CEP: 78300-000
Fone (65) 3326-4724 Fax 3326-6501
CIRCULAÇÃO
Tangará da Serra, Nova Olímpia, Denise, Arenápolis, Nortelândia, Nova Marilândia, Santo Afonso, Barra do Bugres, Campo Novo do Parecis e Sapezal
Tiragem total: 1,5 mil exemplares
ADMINISTRATIVO
DIREÇÃO GERAL
Mano Reiki
mano@diariodaserra.com.br
DIREÇÃO ADMINISTRATIVA
Silvana Tormes
REDAÇÃO
DIREÇÃO DE JORNALISMO
Fabíola Tormes
CONTATO
ds@diariodaserra.com.br
DEPTO. DE ARTES
Gean Michel Lourenço Costa
Renan Bezerra do Nascimento
Reinaldo Manarim Neto
CONTATO
diariodaserra@terra.com.br
DEPARTAMENTO COMERCIAL
PUBLICIDADE E ASSINATURA
Diário da Serra Editora e Publicadora Ltda
Av. Tancredo Neves, 1247-W, Sala 01
CNPJ 10.285.184/0001-37
PUBLICIDADE LEGAL
E. Tormes & Cia Ltda-ME
Av. Tancredo Neves, 1247-W, Sala 02
CNPJ 14.048.120/0001-07
GRÁFICA
Gráfica e Editora Diário da Serra Ltda - ME
Av. Tancredo Neves, 1247-W
CNPJ 01.828.544/0001-09
CONTATO
diariodaserra@terra.com.br
65 3326-4724
CENTRAL DO ASSINANTE: 65 3326-6501
www.diariodaserra.com.br

*Curtas

Chuvas danificam estradas

As fortes chuvas que caíram em Barra do Bugres na última semana afetaram também os alunos da zona rural. Devido às péssimas condições em que ficaram as estradas, as escolas Raimunda Leão (Distrito de Nova Fernandópolis) e São Benedito (Assentamento Cabaça) suspenderam as aulas na quinta e sexta-feira, e também segunda, 24, deixando 533 alunos sem aulas. Das 25 linhas de ônibus do transporte escolar rural, 10 estão suspensas. Assim que a chuva der trégua e as estradas oferecerem condições de trafegabilidade para os veículos do transporte rural as aulas retornam ao normal nestas duas escolas. A secretária de Educação, Bernadete Gregolin, esclarece que os estudantes afetados não serão prejudicados. Dois ônibus atolaram na semana passada, um deles na estrada que passa ao lado de um rio nas proximidades da Comunidade Buriti Fundo e outro na região do Assentamento Cabaça. Matéria completa sobre a situação de Barra do Bugres na página 8.

Palestra NFC-e

A Secretaria de Fazenda de Mato Grosso (Sefaz-MT) ministrará nesta quarta-feira, 26, em Tangará da Serra a palestra sobre a Nota Fiscal de Consumidor Eletrônica (NFC-e). No município, o encontro será às 14h30, no auditório da Associação Comercial. Todos os contribuintes e contabilistas estão convidados.

Mais

A palestra será ministrada pela gerente de Nota Fiscal de Saída da Sefaz, Deusângela Marciano Ribeiro, que dentre outros tópicos, vai abordar desde a obrigatoriedade de emissão da NFC-e, até os prazos para início, e cumprimento das obrigações acessórias inerentes. A iniciativa visa fortalecer a parceria entre Estado, contabilistas e contribuintes.

Assembleia

O Sintep de Tangará realizará nesta quarta-feira, 26, mais uma assembleia. Os profissionais da educação estão sendo convocados para debater sobre a prestação de contas do quarto trimestre de 2013, a participação do IV Encontro de Dirigentes de Subsedes em Cuiabá e ainda sobre o Curso 'Diversidade'. A reunião inicia às 19h.

Emprego

Em janeiro, o mercado formal de trabalho brasileiro gerou 29.595 empregos formais, correspondendo a um crescimento de 0,07% em relação ao estoque de empregos de dezembro de 2013. O Estado de Mato Grosso é responsável por 35% deste montante, com a geração de 10.264 postos de trabalho.

*Bastidores da Política

Nota 8

Em visita a Mato Grosso nesta segunda-feira, 24, o ministro da Aviação Civil, Welington Moreira Franco, concedeu nota 8 ao andamento das obras de reforma e ampliação do Aeroporto Marechal Rondon, em Várzea Grande e descartou o uso de estruturas improvisadas de lona anteriormente cogitadas como um "plano B".

Nota 5

No dia 23 de janeiro o ministro visitou a construção do aeroporto e na ocasião deu nota 5 ao ritmo de trabalho e cobrou celeridade das empreiteiras e do governo estadual - para que, pelo menos até o início de maio, a Infraero já tivesse condições de planejar todo o esquema de fluxo dos passageiros pelo terminal.

Prazo

"Na primeira vez em que vim aqui, havia poucos trabalhadores na obra. Vejo que a empresa [o consórcio Marechal Rondon, responsável pelas obras] reagiu positivamente. Nós saímos com a convicção de que há uma real possibilidade de estar pronto no prazo que nós determinamos, no final de mês de abril".

Nova visita

Mesmo assim, o ministro adiantou que não deixará de acompanhar de perto o desenvolvimento do aeroporto e o cumprimento dos prazos da construção, motivo pelo qual agendou uma terceira visita a Várzea Grande. "Estarei aqui daqui a um mês porque eu sou devoto de São Tomé: eu preciso ver para crer", anunciou.

Sucessão

Pela terceira vez, os nove partidos da base aliada do governo se reuniram para discutir as articulações para as eleições de 2014. O encontro aconteceu na noite de ontem, em Cuiabá. A base tem articulado uma coligação para montar um alanque único em Mato Grosso para presidente Dilma Rousseff (PT).

Efeito Ararath I

O presidente regional do PR, deputado Wellington Fagundes, afirmou que os desdobramentos da Operação Ararath podem afetar diretamente as eleições deste ano em Mato Grosso. Na avaliação do parlamentar, o costume brasileiro de condenar as pessoas antes do julgamento não deixará que os envolvidos passem ilesos.

Efeito Ararath II

Na semana passada, na quarta fase da Ararath, o principal financiador da campanha do senador Pedro Taques (PDT) nas eleições de 2010, o empresário Fernando Mendonça, foi alvo de busca e apreensão por agentes federais. O juiz federal Julier Sebastião da Silva sofreu busca e apreensão, na segunda fase da operação.

Candidatos

Tanto Taques como Julier almejam disputar o Governo do Estado, o que significa que eles podem vir a se enfrentar neste ano – e usar a operação como munição um contra o outro. Porém, Fagundes não acredita que o "estrago" seja suficiente para arranhar a imagem dos postulantes, a ponto de afundar uma ou outra candidatura.

A ambulância e o incêndio criminoso

Ilustração: Renan Guzetto

A hipótese da ambulância que pegou fogo no dia 17 deste mês ter sido de origem criminosa mexeu com muita gente. Um dos motoristas do município que esteve de plantão no momento do acontecido, nega a acusação apresentada através da ouvidoria. Em contato com o DS, ele disse que a administração pública já estava ciente da precariedade do veículo adquirido na gestão Ladeia, e que segundo ele, já estava obsoleto. Ele ainda reclamou que o veículo vinha há dias apresentando problemas mecânicos, inclusive, da sirene e o 'alerta' da ambulância. Fora essa reclamação, um fato novo. O motorista ainda confirmou que o veículo incendiado havia tido um princípio de incêndio, controlado por outro motorista que havia avisado, tanto ao motorista de plantão quanto a chefia de ambulância. E alega que a omissão, foi a real causa do incêndio. "Ela tinha o extintor mas tava vazio, porque uns dias atrás ela começou a pegar fogo ai a gente apagou e eles não colocaram outro!". Cabe agora as autoridades investigarem o incêndio, o extintor vazio e outros apontamentos.